

Andrés Pak Linares

Licenciatura em História pela Universidade de Belgrano.
Técnico em arquivos pelo ISFDyT nº 8 de La Plata. Mestrando em Sociologia da Cultura e Análise Cultural pela IDAES – UNSAM. Assistente Técnico no Departamento Archivo Intermedio do Archivo General de la Nación da Argentina.

A Descrição no Departamento Archivo Intermedio

Este artigo resenha brevemente a história do Departamento Archivo Intermedio do Archivo General de la Nación (Argentina) em relação à descrição, desde sua criação no final da década de 1970 até a atualidade, contextualizando esta atividade no marco de uma política estatal em que a importância da arquivologia está subvalorizada como disciplina, para a gestão documental, a transparência administrativa, a preservação de fontes para a construção da memória coletiva e a salvaguarda de direitos dos cidadãos e do Estado.

Palavras-chave: arquivologia; Archivo General de la Nación; Departamento Archivo Intermedio; descrição arquivística; difusão e acesso.



This article summarizes briefly the history of the Departamento Archivo Intermedio of the Archivo General de la Nación (Argentina) in relation to description, since its creation in the late 1970's up to now, contextualizing this activity within the state policy where the importance of archiving as a discipline, for the documental management, the administrative transparency, the preservation of the sources to build a collective memory and the protection of the citizens' rights and the State is undervalued.

Keywords: archiving; Archivo General de la Nación; Departamento Archivo Intermedio; archival description; diffusion and access.

A pesar de algumas mudanças auspiciosas, o reconhecimento profissional da arquivologia como disciplina na Argentina está longe de basear-se em um nível mínimo tolerável. Tanto no setor público quanto no

privado, o trabalho dos arquivistas é considerado, erroneamente, substituível pelo de bibliotecários, historiadores, técnicos em documentação, restauradores, técnicos em informática ou, simplesmente, pessoas com “bom senso”.

Assim, na órbita da administração pública nacional, ao lado da inexistência de um arquivo central na estrutura da administração pública, a capacitação do pessoal em arquivologia é ignorada pelos funcionários em geral e pelos setores administrativo, financeiro e de recursos humanos, em particular, o que foi agravado, nestes últimos anos, por uma política geral que não observa a especificidade do trabalho de arquivo quando se designa pessoal para os serviços correspondentes. Reconhecemos nisso, mais uma vez, a conhecida imagem do arquivo como “depósito” de pessoal, castigado, ineficiente ou clientelista.

Além das conseqüências óbvias para a preservação e difusão do patrimônio documental da nação, esta situação repercute na progressiva deterioração dos centros de capacitação na disciplina, uma vez que os seus egressos não têm um campo específico de ação, onde concorram profissionalmente na validação de seus conhecimentos e na aplicação concreta da metodologia e dos procedimentos adquiridos em forma teórica. E este último, quiçá, seja outro déficit dos planos de estudo das escolas de arquivologia em geral: a falta de matérias de prática profissional, ministradas por docentes com experiência em trabalhos de campo.

Por outro lado, tampouco a política estatal tem dado mostras (pelo menos desde o retorno da democracia em 1983) de desejar atualizar uma legislação que, não obstante a sua vigência, requer mo-

dificações que tanto os avanços tecnológicos como as novas demandas sociais de acesso à informação e o próprio desenvolvimento posterior da disciplina lhe impõem. A necessidade de adequação jurídica aos tempos que correm não é desculpa, no entanto, para seu descumprimento ou desconhecimento por parte da Administração.

Em consonância com o mencionado, apesar do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) surgir do espírito da lei n. 15.930, a Argentina não o colocou em funcionamento. A ausência de um debate construtivo entre as províncias e o governo central, por um lado, e entre os três poderes do Estado nacional, por outro, somado a uma falta estrutural de vontade política para a dotação de recursos e o planejamento de ações condutas, estão entre as primeiras causas que explicam esta situação.

Mais próximo, e na órbita imediata de nossas ações como Departamento Archivo Intermedio (DAI) do Archivo General de la Nación, que tem por função a assistência técnica na matéria, entramos em choque com uma administração pública nacional, que, por falta de vontade ou orçamento, não pôde servir de exemplo motivador para a materialização do mencionado sistema, já que, até como conseqüência do expressado anteriormente, não tem conhecimento cabal do volume, características e crescimento anual estimado de sua produção documental.

É evidente que, nessas condições, su-

ou tentar estabelecer normas de descrição padronizadas não é muito mais que uma ilusão.

A tudo isto se soma o fato da falta de sistematicidade nos recolhimentos. A incorporação de documentação de guarda permanente aos arquivos históricos é resultado mais do encontro de vontades (ou urgências) particulares, que da aplicação de uma metodologia integral de trabalho, quando não se trata de resgates pontuais de documentação em perigo de destruição.

Em matéria de descrição, esta situação afeta:

- a) A possibilidade de estabelecer com certeza os fundos documentais, seções e séries documentais. Assim, grupos documentais que poderiam enquadrar-se na definição de "subfundo" devem ser tratados como fundos documentais;
- b) O desenvolvimento das áreas de contextualização histórica e institucional que permite conhecer o fundo, dado que séries documentais, que poderiam servir como ferramentas para desenvolver esta tarefa, não estão acessíveis para os arquivistas;
- c) Os prazos para a difusão do patrimônio documental aos distintos usuários, já que os inventários de recolhimento (os controlados pelo pessoal do DAI), e que poderiam servir como primeiro instrumento geral de descrição, são, no conjunto, demasiado heterogêneos, incompletos em casos particulares, ou inexistentes (nos casos de resgate de documentação em perigo).

Nas páginas que seguem, tratarei de dar uma visão sintética das ações neste marco geral do Departamento Archivo Intermedio em matéria de descrição, desde a sua criação até a atualidade, apresentando honestamente nossos avanços, problemas, acertos, erros e nossas reformulações.

A PRÁTICA DESCRITIVA NO DAI

Primeiros desenvolvimentos



Departamento Archivo Intermedio incorpora-se à estrutura do Archivo General de la Nación em 1979 e sua atividade se inicia em 1981, quando lhe foi dotado orçamento para a incorporação de pessoal. Uma de suas tarefas mais importantes nesse período foi a de estabelecer contato com a Presidência da Nação para receber os decretos presidenciais originais, documentação própria de arquivo intermediário, porém com valor histórico.

Por outro lado, realizou-se a identificação e separação física dos fundos documentais integrados pelo censo nacional de 1895 e dos relatórios de gastos da administração pública nacional à Contaduría General de la Nación, anos 1874-1930, tudo mesclado, literalmente, em uma pilha de papel, que estava no hall de entrada do Banco Alemán, na rua 25 de Mayo n. 250.

O primeiro descreveu-se em sua totalidade, para logo ser transferido ao Departamento Documentos Escritos.

Com os papéis da Contaduría General de la Nación, procedeu-se à tarefa de iden-

tificar seções, datas-limite e séries documentais, confeccionaram-se os primeiros instrumentos que davam conta, de forma notável, das áreas atualmente padronizadas pela norma ISAD(G), como a história arquivística e a identificação geral das seções, séries e procedimentos administrativos sobre os mais de oitocentos metros lineares que integram o fundo, dando-lhe uma ordem física que procurou recompor a ordem original, com base na cronologia e nas áreas produtoras (exercícios orçamentários e ministérios).

Além disso, incentivou-se a capacitação do pessoal designado para o Departamento, em distintos caminhos de formação na Universidade de Córdoba e na Espanha, abrindo um novo horizonte metodológico, reorientando a herança de uma descrição mais ligada a critérios biblioteconômicos ou historiográficos.

O escasso desenvolvimento da capacitação arquivística formal de nível terciário ou universitário na época, na Argentina, não fez mais que aumentar a importância que esta política de capacitação teve para a prática arquivística no país, em geral, e o estabelecimento de planos de descrição especificamente arquivísticos no DAI, em particular.

Por outro lado, o pessoal do Departamento participou da elaboração dos decretos n. 232/79 e 1.571/81, que impulsionaram as primeiras tentativas de estabelecer uma metodologia propriamente arquivística na administração pública nacional.

Naquela etapa, o Departamento funcionou sob a chefia de Marta Charaff (1979-1989) e Elisabet Cipolletta (1989-1990), até que uma modificação da estrutura do Arquivo fundiu suas tarefas com o Departamento de Documentos Escritos, desde 1990 até 1992.

Sistematização informal

A partir de sua reincorporação à estrutura do Archivo General de la Nación e da dotação de pessoal permanente e de contratados sob a chefia de Elisabet Cipolletta, o Departamento Archivo Intermedio intensificou o resgate da documentação com valor histórico, no marco de uma política estatal de racionalização neoliberal que tampouco foi sensível à adequada preservação do patrimônio documental nacional.

Com um sistema nacional de arquivos sempre desejado, porém cuja existência não se verifica muito além dos desejos e das palavras, com uma administração pública nacional sem arquivos centrais em seus ministérios e secretarias de Estado e com uma profissão arquivística ignorada, dificilmente poder-se-ia encontrar um campo propício para recolhimentos planejados e adaptados à mais pura ortodoxia de manual arquivístico.

Por isso ressaltamos a palavra “resgate” para as atividades que permitiram a incorporação de aproximadamente dez mil metros lineares de documentação de valor permanente ao acervo do Archivo General de la Nación e a insistência frente aos organismos encarre-

gados da reforma do Estado para a adequada conservação daquela documentação que, por problemas de espaço, não podia ingressar no Arquivo.

Ao mesmo tempo, demonstrada a impossibilidade de fato de funcionar como arquivo intermediário no que diz respeito à conservação física dos distintos fundos produzidos pela administração pública nacional, o Departamento intensificou suas tarefas de assessoramento técnico em matéria arquivística não apenas à administração pública nacional (ministérios, secretarias e organismos descentralizados), mas, também, destacando a importância do sistema nacional para o Poder Legislativo e distintas organizações da sociedade civil, como o Partido Comunista Argentino, a Fundação Alfredo Palacios, a Comissão Provincial pela Memória (Buenos Aires), a Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA), a Federação Libertária Argentina, o Museu e Arquivo Têxtil Villa Flandria e alguns organismos de direitos humanos, entre outros.

Nessa conjuntura, as tarefas de descrição deveriam ser planejadas mediante uma equação que contemplasse a finalidade intrínseca da arquivologia, que é a difusão do material, de acordo com: a) o volume dos conjuntos documentais a serem descritos; b) os recursos humanos e técnicos disponíveis para desenvolver a tarefa; e, c) as demandas dos usuários (contando entre eles os organismos produtores, os pesquisadores profissionais, a Justiça e a sociedade civil em geral). Além do que, tudo

isto deve ser enfrentado tendo, como primeira precaução, um controle exaustivo sobre o patrimônio ingressado.

Para isso, obrigava-se o organismo produtor a transferir a documentação com um inventário geral que consignasse as séries, datas-limite e volume da mesma (excetuando casos literais de salvamento, em condições onde desenvolver esta tarefa punha em perigo fatal o material).

Uma vez ingressado o material, e após o correspondente controle de inventário, atendendo aos três pontos acima mencionados, confeccionava-se uma introdução em que se dava conta, em linhas gerais, tanto do contexto histórico nacional e internacional, no qual o organismo produtor da documentação desenvolveu suas funções, como da dinâmica de produção das distintas séries conservadas e os procedimentos arquivísticos levados adiante até entrar sob nossa responsabilidade.

Como se verá, com todo fundo documental a ordem das tarefas seguida foi: inventário de recolhimentos (com as exceções mencionadas), controle de inventário, confecção de inventário geral (ao que se agregava a introdução de contextualização arquivística e histórica) e, segundo a demanda e os recursos disponíveis, a confecção de índices e quadros de classificação.

Ao longo de toda a década, então, o Departamento produziu distintos instrumentos de descrição mais gerais ou mais específicos, tais como catálogos, inventários, índices, quadros de classificação e introduções nas quais se oferecia gran-

de parte da informação que, depois, seria padronizada na ISAD(G), ainda que organizada de forma distinta: tal procedimento surgiu a partir da necessidade de atender às demandas de nossos usuários, sob os imperativos metodológicos e filosóficos da disciplina, que não exigiu uma adaptação traumática quando nos pusemos em contato com as mencionadas normas.

Assim, tanto os fundos *Correos y Telégrafos* e *Junta Nacional de Granos*, por exemplo, têm em seu catálogo, onde se pode encontrar a introdução geral ao fundo, o quadro de classificação, inventário por peça documental e índices. Para outros fundos documentais foram confeccionados: o inventário geral: *Servicios Eléctricos de Gran Buenos Aires (SEGBA)* e *Ministerio del Interior (Dirección Nacional Electoral)*; ou a introdução geral e o inventário: *Dirección Gral. de Tierras y Colonias* e *Hospital Neuropsiquiátrico José A. Esteves*, por exemplo.

Adequação não traumática à ISAD(G)

Quando na Argentina, por volta de 1997, começou a circular a primeira versão da ISAD(G), esta se difundiu com uma extensão em círculos teóricos que não foi correspondida, em geral, com sua utilização na prática.

Em 2001, o Departamento Archivo Intermedio envolveu-se na tripla tarefa de analisar a norma aprovada anteriormente e seu potencial de aplicação para a realidade arquivística de nosso país, adequar os instrumentos de descrição e

seus auxiliares produzidos anteriormente e planejar os futuros trabalhos de descrição de acordo com a mencionada norma.

Além dos seminários internos, o pessoal do Departamento participou em instâncias de reflexão teórica nacional e internacional como o V Congreso de Archivología del Mercosur e a XIII Jornadas de Archiveros de Argentina em Huerta Grande, Córdoba (2003), o Seminario de Haceres y Quehaceres del Archivista y del Bibliotecario na Escola Nacional de Biblioteconomia e Arquivologia do Governo Federal da República do México, o I Congreso Argentino de Archivística, organizado pela Federação de Arquivistas da República Argentina, Carlos Paz (2004), o VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, em Campos de Jordão, São Paulo (2005), o Seminário Internacional Documentos Electrónicos: Estado de la Cuestión, em Montevidéu, e o Encontro Técnico de Arquivos do Mercosul, no Rio de Janeiro (2006), onde levamos nossas experiências e propostas a favor de uma padronização de procedimentos, que dificilmente pode ser levada adiante sem o reconhecimento profissional da atividade, hoje ausente em nosso país.

Atualmente, seguimos, nesta matéria, em contato com colegas do Mercosul e outros países latino-americanos para o desenvolvimento de estratégias comuns no marco do subgrupo Arquivos e Informação.

A ISAD(G) foi muito bem recebida, em um Departamento que sempre procurou guiar seu modo de agir pelos preceitos da disciplina arquivística (isto é, planejar a descrição do geral para o particu-

lar), que somou às normas a importância do contexto histórico de criação dos acervos (quicá pela forte presença de arquivistas que antes de sua formação específica nesse campo haviam completado estudos em história, começando por sua chefe, Elisabet Cipolletta), que se preocupou em se manter atualizado sobre os últimos avanços das ciências sociais (entre as quais incluiu a arquivologia) e que insistiu sempre na necessidade de pôr em funcionamento real um sistema de arquivos em nível nacional, porém integrado a experiências similares regionais e inter-regionais.

A implementação formal da norma não significou uma mudança demasiadamente traumática do que vinha sendo desenvolvido em matéria descritiva no Departamento Archivo Intermedio onde, como já mencionado, o respeito aos conceitos e metodologias prescritos pela disciplina arquivística refletia-se nos instrumentos de descrição até então produzidos. Além das áreas referentes ao marco histórico geral, em que se insere a história institucional, o lado técnico da descrição do acervo sempre esteve presente nas tarefas desenvolvidas pelo Departamento, desde o trabalho com o *Censo Económico y Social* de 1895, durante a década de 1980.

A respeito dos instrumentos de descrição produzidos anteriormente pelo Departamento Archivo Intermedio, a informação neles contida foi redesenhada (e em alguns poucos casos, completada) em sua apresentação formal para adequação àquela sugerida na introdução da

ISAD(G), utilizando-a no nível de descrição de fundo e descrevendo as séries na área de conteúdo e estrutura.

Entretanto, devido à progressiva, e atualmente absoluta, falta de presença do Archivo General de la Nación nos organismos e associações internacionais, por exemplo, o campo de identificação do mesmo não pode ser completado, o que se soma à perda que advém da falta de comunicação, intercâmbio de experiências e difusão de nosso patrimônio com o resto das instituições (e seus potenciais usuários) no mundo.

Outro ponto negativo neste assunto é o fato de que como, em nosso país, a disciplina não é reconhecida profissionalmente, são escassos os instrumentos de descrição que, elaborados pelos organismos produtores, contêm os campos de descrição padronizados. E isso, apenas nos casos em que o recolhimento se produziu de forma planejada.

A respeito do planejamento das descrições arquivísticas futuras, desde o ano de 2002 estas são pensadas à luz da ISAD(G), atendendo, como já referido, às demandas de nossos usuários e aos recursos disponíveis para decidir o nível de descrição mais adequado.

Temos avançado na elaboração de instrumentos de descrição de aproximadamente quinze fundos documentais, entre os quais se encontram *Banco Nacional de Desarrollo (BANADE)*; *Comisión Nacional de Investigaciones*; *Comisión Nacional de Límites Interprovinciales*;

Presidencia de la Nación – Secretaría de Prensa y Difusión, Secretaría de Energía, Dirección Nacional de Migraciones; Partes consulares; Ministerio de Industria y Comercio etc.

No último ano, finalizamos, entre outras, a descrição peça a peça do fundo *Ministerio del Interior – Expedientes Secretos, Confidenciales y Reservados* e uma descrição de séries do fundo *Ministerio del Interior – Consejo Supremo de Justicia Policial Nacional*.

Para terminar este ponto, quero referir-me brevemente ao que consideramos uma dívida para com nós mesmos e com o público usuário: a elaboração do Guia do Departamento Archivo Intermedio. Se bem que, a princípio, não soe muito adequada a produção de um guia para um departamento que integra um organismo maior como é o Archivo General de la Nación, reitor em matéria arquivística nacional por força da lei n. 15.930, espero que a enumeração que se segue justifique sua confecção.

Em primeiro lugar, o Departamento Archivo Intermedio (como consequência do cumprimento de suas missões e funções) conserva aproximadamente a metade do patrimônio total do *Archivo*, tendo, a seu cargo, um edifício e três depósitos de documentação aonde se alojam perto de oitenta fundos documentais, cerca de 15 mil metros lineares de documentação de guarda permanente. Ainda que cada metro de acervo esteja controlado (embora em um nível superficial) por algum instrumento de descrição, o fato da documentação se encontrar dispersa

em diferentes depósitos, a quantidade e volume dos fundos e a importância que possuem, tanto para a cidadania em geral, quanto para os organismos produtores ou de controle do Estado (inclusive para o Poder Judiciário) e para investigações históricas referentes ao século XX, faz com que o Guia dos fundos, atualizado até o ano 2006, comece a parecer um pouco insuficiente para satisfazer estas demandas de informação.

Assim, há autores, a par das exigências da disciplina, que defendem a confecção de guias especiais, quando as características das instituições ou dos fundos mencionadas no parágrafo anterior o justificarem, coisa que cremos ser fato.

Por último, a confecção de um Guia do Departamento Archivo Intermedio utilizando alguns campos das normas ISAD(G) permitirá que o restante dos departamentos do Archivo General de la Nación e os desenvolvimentos arquivísticos, em princípio, na órbita da administração pública nacional tenham um exemplo próximo a seguir e uma experiência prévia desenvolvida sob a mesma situação política-orçamentária e com a qual não tenham problemas de comunicação, reva-lorizando, em nível internacional, toda a instituição.

Este último, definitivamente, é o que entre nós denominamos “fundamentar o sistema”, isto é, gerar ações e produtos que, uma vez viabilizados, rompam, por um lado, com o argumento que sugere a impossibilidade de desenvolvimento sem um apoio orçamentário que, se bem que seja o correto, é difícil de obter em países como o nosso, e por outro, sirvam como

fonte de motivação para o desenvolvimento de trabalhos integrados.

Pelos três aspectos listados, a chefe do Departamento elegeu como projeto a ser desenvolvido a partir deste ano o referido Guia, de acordo com o seguinte programa: a) fundos documentais abertos à consulta pública, com instrumentos de descrição produzidos pelo Departamento;

b) fundos documentais abertos à consulta pública, com instrumentos de descrição produzidos pelos organismos produtores (inventário de recolhimento, em sua grande maioria);

c) fundos documentais reservados para a consulta pública, com instrumentos de descrição de qualquer tipo.

Embora saibamos que é uma tarefa que demandará alguns anos, nos sentimos muito satisfeitos de começar a pagar o que considerávamos uma dívida.

BALANÇO E PERSPECTIVAS

A pesar de as condições de trabalho na Argentina para o desenvolvimento da atividade arquivística estejam longe de serem as melhores, o produto do desenvolvimento das atividades do Departamento Archivo Intermedio do Archivo General de la Nación sugere que estas foram incorporadas ao planejamento das tarefas a serem desenvolvidas, ao invés de serem consideradas somente como entraves.

Em matéria de descrição, isto significa ter que se esmerar em cuidados na hora de avaliar os recursos humanos e orçamentários para planejar uma descrição que,

satisfazendo as demandas de nossos usuários potenciais, gerará instrumentos de descrição à altura do desenvolvimento conceitual da arquivologia moderna e, ultimamente, da norma ISAD(G).

Parece-me importante insistir que o acesso (de forma adequada, é lógico) ao patrimônio documental que conservamos tem sido o norte que guia estes esforços, sendo também o principal objetivo que rege as ações do Departamento.

Outro aspecto a destacar é o fato de que o Departamento quer posicionar-se como exemplo piloto para o deslanche de um Sistema Nacional de Arquivos que funcione efetivamente, e não somente no âmbito das declarações e desejos. Para isso, insistimos na necessidade de que a administração pública nacional reconheça a profissão de arquivista, crie em suas estruturas a figura do Arquivo Central e, pondo à frente do mesmo um profissional na matéria, aplique os critérios arquivísticos adequados para a guarda, descrição e recolhimento de seus acervos. Uma vez isso sendo concretizado, os poderes Legislativo e Judiciário, as administrações provinciais e as municipais poderão ser convidadas a somar-se a um projeto de trabalho real.

O desenvolvimento de nossa atividade como *Archivo Intermedio*, assistindo às diversas instituições, nos permitiu comprovar que, naquelas em que há uma vontade política neste sentido, ao tomarem contato com a realidade concreta de nosso funcionamento, elas adotam critérios arquivísticos adequados para a conservação, descrição e difusão de seu

patrimônio arquivístico (ainda que depois esta assistência não seja muito reconhecida publicamente).

Para finalizar, aspiramos – por meio de nossas tarefas de descrição orientadas a permitir a difusão e o adequado acesso ao patrimônio documental sob nossos cuidados – a que o Archivo General de la Nación ocupe o lugar que lhe corresponde

no campo cultural de nosso país, como órgão reitor em matéria arquivística dos acervos produzidos, dos que estão sendo produzidos neste instante e dos que se produzirão no futuro, sob qualquer forma e suporte.

**Do original inédito *La descripción en el Departamento Archivo Intermedio*.
Tradução de Maria Elisa Bustamante.**